

## COMÉRCIO BILATERAL ENTRE BRASIL E CHINA - 1990

**Marco Antônio Martins da Costa Melucci**<sup>1</sup>,  
**Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira**<sup>2</sup>

1-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba.  
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP.  
e-mail<sup>1</sup>: [checkcheck@terra.com.br](mailto:checkcheck@terra.com.br)

2-Instituto de Pesquisas& Desenvolvimento – IP&D – Universidade do Vale do Paraíba.  
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP.  
e-mail<sup>2</sup>: [edsonaaqo@universiabrasil.net](mailto:edsonaaqo@universiabrasil.net)

**Resumo:** Com constantes retrações da balança comercial, o Brasil precisou de políticas econômicas para combater à instabilidade econômica. Utilizou-se uma análise dos principais eventos de política comercial associados ao desempenho das exportações à China, bem como mecanismos de incentivo às exportações, utilizados pelo governo brasileiro. Resultado: as exportações para a China foram além do esperado, dado o potencial do mercado chinês e a diversidade da pauta de exportação.

**Palavras-chave:** Brasil, China, Política Comercial, Incentivo à Exportação.

**Área do Conhecimento:** IV Ciências Sociais Aplicadas

### INTRODUÇÃO

Diante das potencialidades de ganho do comércio internacional, os países iniciaram no pós-guerra amplo reforço de liberação comercial, o qual foi parcialmente interrompido nos anos de 1970 e 1980. Retomando com grande ênfase a partir do início da década de 1990.

O propósito era aproveitar igualmente as possibilidades da gestão do desenvolvimento econômico, com foco estratégico na transferência de capital e tecnologia, assim como de promoção da mobilidade de bens e fatores de produção. Entretanto, os países passaram a adotar medidas de interação e/ou de cooperação mútua, celebrando acordos comerciais bilaterais e regionais.

Neste contexto, o Brasil passou a manifestar a intenção rumo a uma maior abertura comercial com vistas à especialização da economia e à inserção competitiva do país nos fluxos dos negócios internacionais. Apesar do processo de abertura comercial brasileiro ter início apenas teve início no final dos anos de 1980.

Com a abertura comercial o país consegue alcançar um grau de bem-estar

mais elevado por encontrar no mercado maior variedade de produtos, assim como produtos mais baratos vindos, tanto do mercado internacional quanto nacional, via redução forçada pela competição dos produtos importação. O aumento do mercado potencial – de local para mundial – cria às empresas a possibilidade de se firmarem como economias de escala, obrigando-a ser competitiva para conseguir manter seu mercado local e ainda concorrer no exterior.<sup>1</sup>

Os fatores como requisitos como requisitos de importação e taxas de câmbio podem fazer com que a especialização em produtos intensivos no fator abundante leve a problemas crescentes na balança comercial.<sup>2</sup>

Este trabalho propõe analisar a evolução dos principais produtos de exportação brasileira para o mercado chinês na década de 1990 e sua participação relativa, bem como examinar os principais eventos de política comercial associados ao desempenho dessas exportações.

<sup>1</sup> MAYA, Jaime de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 1995.

<sup>2</sup> CORDEN, W. Max. Regimes e políticas cambiais: uma visão geral. Jul.set. 2001.

Utilizou-se obras literárias e *sites* para dados estatísticos, a fim de se obter embasamento teórico-conceitual.

### **Comércio internacional**

Segundo Adam Smith, que introduziu a Teoria da Vantagem Absoluta, a riqueza de uma nação não deve ser medida pela quantidade de ouro que ela acumula, mas sim pela quantidade de bens e serviços disponíveis para a melhoria da qualidade de vida de seu povo.

Depois David Ricardo tentou com seu princípio da Vantagem Comparativa demonstrar que o fator de produção variável torna o comércio baseado em diferenças na produtividade do trabalho entre países, verificadas algumas condições econômicas, permitindo aumentar a quantidade de bens e serviços disponíveis em todos os países.

Porém ambas as teorias estão sujeitas a algumas limitações: o pleno emprego existe, o principal objetivo de uma nação é a produção eficiente, a taxa de troca de um bem de um país em relação a um bem de outro dependem dos custos de produção e não das condições de demanda de consumo em um outro país, os recursos podem circular livremente dentro de cada país e que não podem fazê-lo livremente entre diferentes países.

### **Taxa de câmbio e juros**

Uma elevada taxa de câmbio – preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira – corresponde a uma desvalorização da moeda. Assim, uma desvalorização real da moeda encarece bens e serviços produzidos no exterior em relação aos produzidos no país. Conseqüentemente, há estímulo das exportações e desincentivo das importações de bens e serviços. A taxa de câmbio aparece como o mais eficaz dos mecanismos de correção dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos.

Em termos de taxas fixas, o Banco Central compromete-se a comprar e vender a moeda estrangeira de referência a um preço fixado, expresso em moeda nacional – taxas fixas que podem ser alteradas se as circunstâncias o exigirem.

No regime de taxas puramente flutuantes, o câmbio oscila de acordo com as forças de mercado. O Banco Central não tem poder algum. Já nos regimes de bandas cambiais é estipulado um piso e um teto em que o câmbio pode oscilar.

A inter-relação entre as taxas interna de juros com a cambial e a externa de juros influencia a base monetária que decorre do movimento internacional de capitais. O fator risco é um elemento substancial para esta análise, especialmente quando se trata de taxas de juros – quantidade da moeda que se pode receber emprestando uma unidade de sua moeda por ano – de países emergentes, considerados de maior risco pelos investidores internacionais.

### **DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES E POLÍTICA COMERCIAL**

No final dos anos de 1980 o Brasil vivenciou significativas mudanças na política comercial rumo à abertura da economia, suscitadas pela discussão acerca da necessidade de uma reorientação do padrão de desenvolvimento econômico sob a égide da liberalização comercial. O novo regime baseou-se na redução do intervencionismo estatal, sem implicar de imediato na participação do comércio externo do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Mesmo que ainda no biênio 1988-1989 tenha havido a adoção de algumas medidas no sentido da racionalização do sistema tarifário vigente, a década de 1990 foi considerada marco dessas transformações. A política brasileira foi então, caracterizada nesta época pelo rompimento com o modelo de substituição de importações adotado a partir do governo Vargas, em que o padrão de desenvolvimento econômico era pautado na diversificação da capacidade produtiva, mediante forte protecionismo e incentivo a determinados setores.

Depois da recessão do início desta década e a crise política que determinou o *impeachment* do presidente da República, Fernando Collor de Melo, verificou-se o ponto de inflexão no processo de estabilização macroeconômica e abertura comercial. O Plano Real trouxe uma proposta de

recondução da economia brasileira ao desenvolvimento econômico por meio da liberação comercial, uma vez que suas políticas estavam voltadas à redução das barreiras comerciais, dos subsídios, das barreiras técnicas e dos parceiros mais privilegiados.

Em 1999 a política de comércio exterior tomou um novo rumo dada à mudança do regime cambial que foi pautada por medidas voltadas à alavancagem das exportações. Porém, a estratégia deparou-se com a necessidade imprescindível de avanço no programa de ajuste fiscal, o que comprometeu a capacidade creditícia de programas essenciais à expansão do comércio exterior. A priori, a condução da política de comércio exterior ao longo de 2000 esteve condicionada pela expectativa advinda da desvalorização cambial de 1999. Posteriormente, em face dos sinais de deterioração da balança comercial apresentados a partir de setembro, foi editado o Programa de Exportação 2001, constituído por um conjunto de medidas de apoio às exportações.

Forças foram reunidas entre Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MDIC), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC), somando o apoio das demais organizações nacionais de promoção do comércio exterior e das representativas do empresariado brasileiro. Fechada parceria com homólogas chinesas, em particular com o *China Council for the Promotion of International Trade (CCPIT)*, foi concebida a *Brazil-China Trade Fair* – uma feira multissetorial anual de promoção e venda de produtos e serviços brasileiros objetivando uma reconquista de espaço comercial no principal pólo econômico-comercial chinês: a cidade de Shanghai.

Novas parcerias foram definidas em setores estratégicos aos dois países. Em 2002, o *Brazil-China Trade Fair* foi palco de uma importante iniciativa para o incremento da política de acesso ao mercado chinês. Desde então, várias empresas brasileiras já se instalaram na China: Sadia, Embraco, Marco Polo, Embraer, Mendes Júnior, Vale do Rio Doce entre outras.

A tentativa incessante de se estimular as exportações brasileiras, de forma a facilitar a penetração dos produtos nacionais gerados por pequenas e médias empresas, tem sido cada vez mais forte por meio da Agência de Promoção de Exportações (APEX). A meta da agência é aumentar as exportações para os atuais e novos mercados, principalmente o da China, ampliando o número de produtos exportados com maior valor agregado e o número de empresas envolvidas com o comércio exterior.

Mesmo com políticas e programas de estímulo às exportações, o poder de expansão das exportações brasileiras na década de 1990 à China foi claramente prejudicado por políticas econômicas que visavam a estabilidade da economia – consequência dos reflexos de choques externos. Dentre os esforços, destacam-se: a política cambial, os juros brasileiros e o custo Brasil nas exportações.

## O MERCADO DA CHINA PARA O BRASIL

Em decorrência das riquezas criadas por seu acelerado desenvolvimento, a China é um gigantesco mercado cujo poder aquisitivo cresce de forma constante. Ante esse mercado extremamente cobiçado pelo mundo inteiro, os empresários de médio e pequeno porte que não lhe der atenção estarão perdendo grandes oportunidades.

A lamentável ausência – o espaço que deveria ser do Brasil – está sendo, em grande parte, preenchido por empresas de outros países. Para se ter idéia, os chineses consomem em volume crescente o Nescafé da Suíça – país que não produz café, a castanha de caju dos Estados Unidos da América (EUA) – que não cultivam o fruto. Com isso o valor agregado flui para países que tiveram capacidade, agressividade e visão comercial, comprando esses produtos do Brasil, empacotando-os e colocando-os no mercado internacional.

Com a criação do Acordo Comercial Asiático (APEC) e do Mercosul, acentou-se a liderança e as responsabilidades da China e do Brasil nas respectivas regiões. Em contraponto, houve uma eventual desvalorização com a busca expressiva do

Yuan ou do Real, desencadeando a inflação. Fator que gerou imediata e negativa repercussão universal, trazendo mais prejuízos do que vantagens.

Numa rápida análise do balanço comercial da duas nações verificou-se que, mesmo sem a desvalorização, as suas exportações cresceram de forma razoável, bem acima da média mundial. As vendas externas chinesas aumentaram 7,6% alcançando US\$ 87 bilhões. Elevando o superávit, cautelosamente apertaram as importações, que subiram apenas 2,2% atingindo US\$ 64,6 bilhões. Compensando as perdas nos mercados asiáticos, as exportações chinesas para a União Européia (EU), EUA e América Latina cresceram de forma substancial, as taxas de 35%, 18% e 38%, respectivamente. Reafirmando a confiança na estabilidade da economia chinesa, os investimentos estrangeiros aumentaram 5,5%.

Por sua vez, as exportações brasileiras registram expansão de 4,8 para chegar a US\$ 35,9 bilhões. Em elevação as importações somaram US\$ 28,5 bilhões apresentando queda de apenas 2%. A gritante diferença entre os dois países é que a China contabiliza convenientemente suas importações, mantendo sempre elevado saldo comercial, enquanto o Brasil, facilita as compras externas, cultivando incômodo déficit de US\$ 2 bilhões em 1990.

Em 1994, o Departamento de Comércio dos EUA criou a expressão grandes mercados emergentes para classificar os dez países, do bloco dos ainda em desenvolvimento, com melhores condições de expandir suas economias e abranger a maior parte da elevação do intercâmbio mundial. A lista foi encabeçada pela China e pelo Brasil.

Interessante que em 20 anos haja um confronto da evolução das exportações entre os dois gigantes. Em 1978 a China decretou a reforma e a abertura da sua economia, amparada em dois quesitos básicos: investimento externo e fomento à exportação. Em 1980, quanto de fato se iniciaram as reformas, as vendas externas chineses – abrangendo apenas tradicionais produtos ainda do período feudal, como

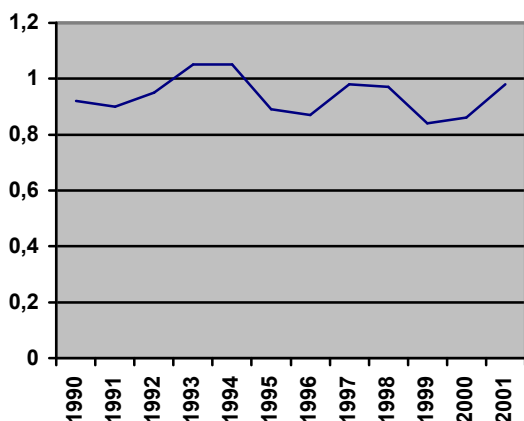
arroz, carvão, porcelanas, sedas e tapetes – limitavam-se a US\$ 18 bilhões. Na mesma época, as exportações brasileiras já com pauta diversificada, alcançavam US\$ 20 bilhões.

Com a finalidade específica de receber capitais estrangeiros para as indústrias de exportação, a China criou na década de 1980 três Zonas Econômicas Especiais (ZEE), todas no litoral sul na província de Guangdong. Mais tarde inaugurou outras duas: Xiamen em 1981 e ilha de Hainan em 1988. Processando grande parte das exportações de manufaturados das ZEE, o Porto de Hong Kong, privatizado, tornou-se o maior planeta na movimentação de contêineres. Por outro lado, no Brasil, as Zonas de Processamento de Exportação – 18 autorizadas – ainda não tinham sido devidamente regulamentadas.

Ao completar dez ano, com a vitoriosa política de abertura e exportação a China havia superado o Brasil nos principais indicadores econômicos. Apresentando crescimento médio de 10% em 1988, o PIB subiu ao 9º lugar na escala mundial, ficam o Brasil em 10º. O comércio com o exterior atingia a casa de US 100 bilhões, com as exportações em alta média de 15, chegando a US\$ 47,5 bilhões, já 35 acima das brasileiras, que somaram US\$ 33 bilhões.

A China comemora seus 20 anos de comércio bilateral com um aumento drástico de suas exportações ao Brasil. Ainda mais distante dos índices brasileiros, o comércio internacional chinês aproximando-se da meta de se tornar superpotência já no início do século XXI, marcando uma revolucionária virada para a economia de mercado. Suas exportações aumentaram dez vezes, chegaram a US\$ 183 bilhões em 1997, concentrando 70% de produtos manufaturados, a maior parte das ZEE. Em compensação, tendo em vista o não apoiou as exportações, o Brasil nem chegou a triplicar suas vendas externas, que se limitam a US\$ 52 bilhões em 1997.

#### **GRÁFICO 1 Participação % do Brasil nas Exportações Mundiais**



Fonte: MDIC/SECEX, 2004

Conforme Gráfico 1, em 1998 a China continuou apresentando resultados superiores, com suas exportações crescendo 13% e o superávit comercial atingindo US\$ 15 bilhões. Já as exportações brasileiras aumentaram apenas 7% com a balança mantendo a posição deficitária, totalizando US\$1,8 bilhão de saldo negativo.

### Exportações brasileiras para a China

O Brasil tem sido o maior parceiro comercial da China nos últimos anos na América Latina e segundo na Ásia. Segundo as estatísticas da alfândega chinesa, durante a década de 1990, o valor total do comércio bilateral atingiu em média US\$ 1,5 bilhões. Em 2000, o valor total do comércio bilateral chegou a US\$ 2,8 bilhões (Tabela 1).

Entretanto, segundo dados da alfândega brasileira mostrados na Tabela 1, o valor total do comércio bilateral de 2001 foi de US\$ 3,23 bilhões, com aumento de 40% do que o ano anterior. Neste período a China saltou do 12º lugar no ranking dos principais mercados para os produtos brasileiros ao 6º lugar (SECEX, 2004).

TABELA 1 Participação relativa das exportações brasileiras para a China

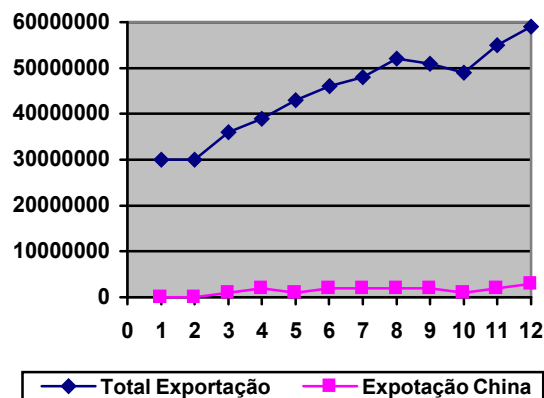
| ANO  | EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS |          | PARTICIPAÇÃO RELATIVA % |
|------|-------------------------|----------|-------------------------|
|      | Total Mundo             | TT China |                         |
| 1990 | 31,41                   | 382      | 1,22                    |
| 1991 | 31,62                   | 226      | 0,72                    |
| 1992 | 35,79                   | 460      | 1,29                    |

|      |       |      |      |
|------|-------|------|------|
| 1993 | 38,55 | 780  | 2,02 |
| 1994 | 43,54 | 822  | 1,89 |
| 1995 | 46,51 | 1,20 | 2,59 |
| 1996 | 47,75 | 1,11 | 2,33 |
| 1997 | 52,99 | 1,09 | 2,05 |
| 1998 | 51,14 | 904  | 1,77 |
| 1999 | 48,01 | 676  | 1,41 |
| 2000 | 55,09 | 1,08 | 1,97 |
| 2001 | 58,22 | 1,90 | 3,27 |

Fonte: ALICE/SECEX, 2004

A participação relativa do comércio Brasil-China mantém uma linha de crescimento até 1997, decrescendo rapidamente durante a crise cambial de 1998-1999, voltando a se recuperar a partir de 2000 sob os efeitos da flexibilização do câmbio (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 Exportações brasileiras à China versus o resto do mundo



Fonte: ALICE/SECEX, 2004

A maior parte dos produtos exportados para a China, cerca de 64%, é composta de produtos básicos. Contudo, o Brasil possui boas perspectivas de penetração de semimanufaturados e manufaturados no mercado chinês, tendo em vista o crescimento da produção industrial naquele país e o seu ingresso na OMC, resultando na redução do protecionismo chinês. (CNI, 2004).

De acordo com (SECEX/MDIC, 2004), em 2001 as exportações de açúcar cresceram 3,6%, equipamentos científicos e instrumentos de medição e controle 1,3%, automóveis 1%, têxteis 431%, borracha 253%, equipamentos elétricos 213%, máquinas elétricas e componentes elétricos 204%, veículos e autopeças 132% e produtos acabados 41%.

Dentre os produtos de exportação que atendem ao mercado chinês há uma forte expansão. Porém, como a pauta da exportação brasileira é muito diversificada, ainda tem muito que se investir para melhorar os produtos do Brasil de forma a torná-los atraentes à China.

Em comparação a 2002 entre janeiro e outubro, em 2003 as exportações para a China cresceram 85,1%, mantendo este país asiático como o segundo que mais importa do Brasil. Para este mercado, as exportações estão concentradas em soja em grão, minério de ferro e óleo de soja (FOCUS, 14 nov. 2003). A China foi o terceiro principal destino das exportações brasileiras em 2003, com 6,2% do tal ou US\$ 4,5 bilhões – valor 80% maior do que o ano anterior. Desta foram, a valorização dos preços das *commodities* e o superávit comercial de US\$ 6,17 bilhões permitam projetar o saldo comercial para US\$ 30 bilhões para 2004. O reflexo disso é o crescimento de mais de 150% nas exportações do Brasil ao mercado chinês, no período de janeiro a maio de 2004, correspondendo a 2,79% das exportações nacionais.

## CONCLUSÃO

Durante todos os governos, a meta prioritária de política econômica foi manter a estabilidade por meio de ajustes fiscais e monetários. Assim, a importância do comércio exterior, principalmente o vinculado à China foi pormenorizada em detrimento de outros interesses econômicos. Isto é ratificado quando se relaciona a expansão das exportações chinesas com as brasileiras, dado que na década de 1980 a China exportava menos que o Brasil.

Vários programas de incentivo à exportação foram criados, mesmo que tardiamente, para buscar um novo mercado, hoje é a quarta maior exportadora do mundo e diante de um mercado em franca expansão, muitas vezes necessita de bens mais tecnologicamente avançados. Um dos fortes motivos, além da pauta de exportação diversificada, que acaba travando o Brasil a não ter êxito no mercado chinês, concentrando-se apenas nas exportações de produtos básicos. Ainda assim, diante da

displacência do governo, consegue-se perder o mercado desses produtos para países que nem se quer os fabricam – os atravessadores.

De maneira geral, as exportações brasileiras no decorrer dos anos de 1990 expandiram abaixo do que deveria. A participação das exportações para o mercado chinês nesta década foi pequena, atingindo em 2001 motivadas até mesmo por programa de exportação, a ordem de 3%. Isto dentre outras coisas aconteceu devido à política econômica brasileira que tornam os produtos sem competitividade com baixa qualidade.

Quanto aos principais produtos brasileiros de exportação à China, evidenciou-se, independente de políticas econômicas restritivas uma franca expansão para o mercado chinês. Resultando, basicamente ao fato destes produtos serem, em sua maioria, de primeira necessidade e de fácil produção no território brasileiro, deixando-o mais competitivo no mercado internacional.

A China, ao contrário do Brasil, vem utilizando as potencialidades de seu mercado interno como elemento político-econômico na tentativa de conseguir uma inserção externa mais vantajosa e dinâmica. Fundamentada em diferentes concepções sobre as estratégias internas e os condicionantes internacionais, a China vem conseguindo crescer as taxas expressivas, superando por meio de uma política agressiva suas restrições externas e integrando o seu mercado interno. Enquanto o Brasil vem optando por estratégias que apenas prejudicam seu balanço em transações coerentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVERBUG, André. Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: **BNDES**. Rio de Janeiro: 2000.

Centro de Estudos em Relações Internacionais. In: **CNPQ**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/gpesq3>. Acesso em: 03 abr. 2004.

CORDEN, W. Max. Regimes e políticas

cambiais: uma visão geral. In: **Revista Economia Política**. Vol. 21. nº 83. jul./set. 2001. p. 103-120.

LEOBET, Deise. China: o expresso oriente brasileiro. In: **Revista Isto É Dinheiro**. Nº 245. abr. 2002.

MAYA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MEDEIROS, C. A. A. Economia política do desenvolvimento recente na China. In: **Revista Economia Política**. Vol. 19. nº 3. jul-set. 1999.

**Brasil**: conjuntura econômica-2000. Ministério das Relações Exteriores. Brasília: 2000.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O despertar da China**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.